

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 023

PRESIDENTE - DEPUTADO SILVAL BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta audiência pública.

Esta audiência pública, solicitada pela Mesa Diretora, tem o objetivo de avaliar o cumprimento das metas fiscais do Orçamento do Estado.

Neste momento, a Secretaria de Fazenda, através de seu Secretário, faz a leitura do relatório do primeiro quadrimestre.

Convido para compor a Mesa o Deputado João Malheiros; o Deputado Zé Carlos do Pátio; o Deputado Pedro Satélite; a Deputada Verinha Araújo; o Exmº Sr. Waldir Júlio Teis, Secretário de Estado de Fazenda; o Exmº Sr. Antônio Kato, Secretário-Chefe da Casa Civil; o Exmº Sr. Yênes Jesus de Magalhães, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral; o Exmº Sr. Sírio Pinheiro da Silva, Secretário Auditor-Geral do Estado; e o Exmº Sr. Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan, Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Minas e Energia.

Queremos agradecer e registrar a presença do Sr. Edmilson, Secretário Adjunto de Gestão Pública da Secretaria de Fazenda; do Sr. Emanuel Gomes Bezerra Júnior, Secretário Adjunto de Gestão da Secretaria de Fazenda; do Sr. Arnaldo Alves de Souza, Secretário Adjunto de Planejamento; do Sr. Marcel Cursi, Secretário Adjunto da Receita Pública; da Srª Ana Maria Brandão, Superintendente do Centro Integrado de Atendimento ao Cliente Cidadão.

Também agradecemos a presença de todos os senhores e senhoras, bem como da imprensa que se faz presente nesta audiência pública.

Composta a Mesa, convido todos a porem-se de pé para a execução do Hino Nacional.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu quero passar uma informação ao Plenário sobre a condução dos trabalhos.

Primeiro, informar a todos que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembléia, canal 36. Logo em seguida, passaremos a palavra para o Secretário Waldir Teis fazer a leitura do relatório. Ele pode fazê-lo ou designar alguém para fazer. E em qualquer momento da audiência pública, Secretário Waldir Teis, Vossa Excelência tem toda a liberdade de recorrer à assessoria, no caso de precisar de mais informação que Vossa Excelência não obtiver no momento. Pelo regulamento, são 3 minutos para cada um dos Srs. Deputados questionarem. Como sempre há um pedido de mais tempo, nós vamos conceder para os Deputados e para a Deputada cinco minutos. Eu peço que o tempo seja controlado pelo serviço de som. E à platéia, aos senhores que queiram questionar, daremos três minutos. Não tem questão de Ordem nem pela Ordem em audiência pública. No caso de alguma dúvida ou da necessidade de um pedido de algum minuto a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

mais, o Deputado ou a plenária vai recorrer à Mesa e ficará à deliberação de quem estiver presidindo a audiência pública se liberará ou não. Portanto, eu peço a compreensão de todos os senhores para que não tenhamos problema na condução dos trabalhos.

Eu vou passar, agora, os trabalhos para o Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado João Malheiros.

(O SR. DEPUTADO JOÃO MALHEIROS ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 14:49 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa de Honra, ilustres Deputados que se fazem presentes, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Pedro Satélite, Deputada Verinha Araújo; Sr. Waldir Júlio Teis, Secretário de Estado de Fazenda; Sr. Antônio Kato, Secretário-Chefe da Casa Civil; Sr. Yênes Jesus de Magalhães, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação; Sr. Sírio Pinheiro, Secretário Auditor-Geral do Estado; Sr. Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan, Secretário de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia; Deputado Silval Barbosa; eminente Deputado Nataniel de Jesus; Sr. Emanuel Bezerra, Secretário Adjunto de Gestão da Secretaria de Fazenda; Sr. Arnaldo Alves de Souza, Secretário Adjunto de Planejamento; Sr. Edmilson Santos, Secretário Adjunto de Política Fiscal; Sr^a Ana Maria Brandão, Superintendente do Centro Integrado de Atendimento ao Cliente Cidadão.

Já foi dito aqui pelo Presidente o objetivo desta Audiência Pública.

Nós queremos dizer que, caso haja interesse de alguém da platéia interpelar os palestrantes, poderá fazê-lo com prévia inscrição junto ao Cerimonial, estritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, e o interpelado terá três minutos para resposta.

Convido o ilustre palestrante, Sr. Waldir Júlio Teis, que disporá de 10 minutos para as suas explanações, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, bem como poderá fazer delegação a outro membro da sua equipe para que faça essa exposição.

Com a palavra, o ilustre Secretário Waldir Júlio Teis.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Em nome do Governador Blairo Maggi, cumprimento o Presidente desta Casa, Deputado Silval Barbosa. Cumprimento o Deputado Pedro Satélite, o Deputado João Malheiros, o Deputado Zé Carlos do Pátio, a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Nataniel de Jesus, o Sr. Sírio Pinheiro, o Secretário Yênes Jesus de Magalhães, o Secretário Alexandre Furlan, os nossos Secretários Adjuntos, os servidores fazendários, enfim, todos que estão conosco aqui.

A leitura do relatório será feita pelo nosso Secretário Adjunto Edmilson Santos, e já o convido para fazer a leitura - para ganharmos tempo - porque só temos 10 minutos.

O SR. EDMILSON SANTOS - Excelentíssimos Senhores:

O Poder Executivo comparece a esta augusta Casa de Leis para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e da seguridade social, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesta Audiência, serão apresentados os indicadores de desempenho do resultado primário e nominal, da receita e da despesa pública e da dívida pública consolidada, no período de janeiro a abril de 2006.

O resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do Estado, apurado até o bimestre março/abril de 2006, correspondeu a R\$409,7 milhões, evidenciando que o desempenho das receitas primárias, que atingiram R\$1.696,5 milhões, permitiu a cobertura integral

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

das despesas primárias, liquidadas no montante de R\$1.286,8 milhões, e sustentou os compromissos contratuais com o pagamento do serviço da dívida, que totalizaram no quadrimestre R\$212,1 milhões.

Destaca-se que as receitas primárias referem-se ao total da receita orçamentária deduzidas as receitas de aplicações financeiras, amortização de empréstimos e alienação de bens, que somaram R\$103,3 milhões no período. Das despesas primárias estão excluídos os juros e encargos da dívida, que perfizeram R\$121,0 milhões, e ainda a amortização da dívida, que foi liquidada no valor de R\$91,0 milhões.

Com relação à meta de resultado nominal, foram aferidos no bimestre R\$112,1 milhões negativos, que representam a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final do segundo bimestre de 2006, de R\$3.813,7 milhões, e o saldo ao final do bimestre anterior, de R\$3.925,8 milhões. No exercício, o resultado nominal identificado de R\$664,6 milhões negativos exprime a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 30 de abril de 2006, de R\$3.813,7 milhões, e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior, de R\$4.478,3 milhões. Os valores apresentados confirmam a trajetória decrescente do estoque da dívida pública estadual.

Quanto ao desempenho no período, a receita orçamentária prevista para o primeiro quadrimestre de 2006 foi de R\$1.874,1 milhões. Ao término do período, observa-se a soma de R\$1.799,7 milhões, valor 4,0% inferior à meta. A diferença negativa verificada decorreu do declínio de 7,8% registrado na realização das receitas correntes relativamente à projeção.

As receitas correntes, que significaram 95,3% do valor da receita orçamentária, tiveram 94,0% do seu ingresso concentrado em três grupos da receita, sendo:

- a) tributária;
- b) de contribuições; e
- c) transferências correntes.

Desses, apenas o grupo de receita de contribuições mostrou comportamento positivo para o período, realizando-se 1,7% acima da previsão. As transferências correntes se situaram 0,1% abaixo do valor projetado. A receita tributária, principal item das receitas correntes, apontou uma redução de 11,1% quando confrontada com o valor inicialmente estabelecido confirmando a tendência de retração da arrecadação estadual para o exercício.

A receita tributária, que representou 56,8% do total da receita orçamentária no período, comprovou, no encerramento do mês de abril de 2006, a propensão de queda já identificada no segundo semestre do exercício anterior. A arrecadação de R\$1.106,3 milhões do período ficou 11,1% abaixo da projeção original de R\$1.244,6 milhões.

A contração da receita tributária reflete, substancialmente, o resultado declinante do ICMS, a mais expressiva conta de receita do Estado, equivalente a 88,3% da receita tributária e 50,1% da receita total acumulada no período. Ao final do quadrimestre, o ICMS alcançou R\$976,9 milhões, valor 14,5% abaixo da projeção inicial de R\$1.142,4 milhões. Essa performance origina-se dos graves problemas do campo defrontados pelo Estado em função da crise do agronegócio no País.

Os outros itens da receita tributária, que corresponderam a pouco mais de 11,7% do total obtido, perfizeram R\$129,4 milhões no período, valor 26,6% superior à previsão de R\$102,2 milhões. Distingui-se, dentre estas, o recolhimento do Imposto Retido na Fonte, que totalizou R\$50,4 milhões, indicando um acréscimo de 81,0% comparativamente à projeção.

As transferências correntes se efetivaram no montante de R\$457,6 milhões, valor 0,1% inferior à meta para o período de R\$458,2 milhões. Registraram comportamento favorável as transferências da União provenientes do Fundo de Participação dos Estados, do Salário Educação e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

das transferências do Sistema Único de Saúde. As demais receitas de transferências mostraram decréscimo nos valores realizados em relação à previsão.

Ressalta-se que no primeiro quadrimestre de 2006 a União não transferiu aos Estados os recursos procedentes do Auxílio Financeiro às Exportações e das Compensações Financeiras referentes à Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir, situação que provocou frustração em relação à previsão inicial para estas receitas, estabelecida em R\$45,0 milhões para o período.

A receita de contribuições, que expressou 9,3% da receita orçamentária efetivada até o mês de abril, totalizou R\$181,4 milhões no período estabelecendo-se 1,7% acima da meta de R\$178,4 milhões. As contribuições sociais apresentaram no quadrimestre variação negativa de 5,8%. Já as contribuições econômicas tiveram desempenho favorável e encerraram o período com o valor de R\$125,7 milhões, 5,3% superior à projeção.

As contribuições econômicas relativas ao FETHAB somaram R\$113,1 milhões até o mês de abril, valor 4,7% maior que a previsão do orçamento de R\$108,0 milhões.

As receitas de capital totalizaram no período R\$90,7 milhões, excedendo em 261,4% a projeção de R\$25,1 milhões. O superávit verificado corresponde à receita registrada no grupo de alienação de bens e decorre da alienação da cessão de direito de gerenciamento da conta única do Estado pelo Banco do Brasil durante 05 anos.

Com relação ao desempenho da despesa, a despesa fixada para o período janeiro a abril de 2006, considerando o contingenciamento do orçamento, foi de R\$1.783,0 milhões. Até o segundo quadrimestre foi liquidado o montante de R\$1.498,9 milhões, valor 15,9% menor que a previsão. Esse resultado permitiu obter a correlação entre a despesa liquidada e a receita realizada de 0,83, indicando que o esforço fiscal realizado garantiu o equilíbrio orçamentário no período. Do total executado, 86,0% corresponderam às despesas correntes, enquanto as despesas de capital resumiram-se a 14,0% daquele valor.

As despesas correntes foram executadas no montante de R\$1.288,9 milhões, valor 12,3% inferior à meta, refletindo, essencialmente, a contenção das outras despesas correntes que se situaram 19,0% abaixo do valor determinado.

A execução das outras despesas correntes no exercício de 2006 está regulada, de um lado, pelo contingenciamento das despesas, de outro, pela determinação de redução dos gastos, para que não excedam a capacidade de pagamento do Estado, sendo sua execução orientada pelos limites da programação financeira estadual, e, sobretudo, pela confirmação da existência de recursos suficientes, principalmente, no que diz respeito às despesas financiadas com recursos ordinários do tesouro do Estado.

As despesas com pessoal e encargos sociais, que corresponderam a 45,8% do total das despesas no período, demonstraram uma liquidação de R\$686,4 milhões, valor 7,0% inferior à previsão de R\$738,2 milhões.

Os juros e encargos da dívida foram projetados no valor de R\$136,4 milhões, tendo sido executado no período o montante de R\$121,0 milhões, correspondendo a 88,8% da meta.

As despesas de capital estabeleceram-se 26,8% abaixo do valor previsto para o período de R\$287,0 milhões. Os investimentos, principal componente desta categoria, mostraram-se 37,0% menor que a projeção, e encerraram o primeiro quadrimestre de 2006 com o total liquidado de R\$114,2 milhões, contra uma previsão de R\$181,2 milhões. Ressalta-se que as despesas com investimentos no exercício estão condicionadas a autorização pela Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e pela disponibilidade de caixa do Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

As despesas do Fundo de Transporte e Habitação, na Fonte 131, apresentaram, ao final do mês de abril, uma execução de R\$92,2 milhões, situando-se 3,0% abaixo da meta de R\$95,0 milhões, valor que correspondeu a 81,6% da arrecadação efetiva do fundo do mesmo período. Do total executado pelo FETHAB, R\$84,1 milhões foram aplicados em investimentos, enquanto R\$8,1 milhões se destinaram a outras despesas correntes.

A amortização da dívida fixada para o período foi de R\$91,3 milhões, tendo sido executada no valor de R\$91,0 milhões, equivalendo a 99,8% da projeção.

Com relação à dívida consolidada líquida, até o primeiro quadrimestre, totalizou R\$4.115,3 milhões, valor 13,9% menor que o saldo de R\$4.781,5 milhões registrado no mês de dezembro de 2005. Ao término do quadrimestre, a receita corrente líquida foi de R\$4.281,0 milhões, e o Estado, nesse período, apresentou um estoque de dívida consolidada líquida de 0,96 vezes à Receita Corrente Líquida, cumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, combinada com a Resolução N° 40/01 do Senado Federal.

Em relação à despesa com pessoal, o valor consolidado das despesas com pessoal e encargos sociais do Estado atingiu, no mês de abril de 2006, o montante de R\$2.128,4 milhões, determinando a correlação despesa com pessoal/receita corrente líquida de 49,72%, permanecendo, portanto, abaixo do limite prudencial de 57,0% ordenado pelo art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A despesa com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo expressou no período o total de R\$1.668,9 milhões, ficando a relação despesa com pessoal/receita corrente líquida definida em 38,98%, inferior ao limite prudencial de 46,55% exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em síntese, o que se buscou no primeiro quadrimestre de 2006 foi realizar uma administração racional dos recursos públicos, levada a efeito através do contingenciamento do orçamento, da redução dos gastos e de um rígido controle sobre as despesas. Face ao comportamento declinante da arrecadação estadual, tem sido fundamental respeitar a restrição orçamentária, estabelecendo um rigoroso teto para os gastos, principalmente para as despesas não sujeitas à rigidez constitucional que estão reguladas à existência de recursos suficientes, com o firme propósito de encerrar o ano sem déficits.

Por outro lado, não obstante as dificuldades constatadas, o Estado de Mato Grosso obteve, no primeiro quadrimestre de 2006, superávit primário suficiente para assegurar o pagamento da dívida pública, tendo, também, cumprido os limites definidos para despesas com pessoal e dívida consolidada líquida em atendimento a determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

São as nossas considerações. Agradecemos a todos. Muito obrigado.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Obrigado, Edmilson.

Sr. Presidente, essa era a leitura do relatório do primeiro quadrimestre. Em discussão, portanto.

Retorno a palavra a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Eu quero dizer que estão inscritos, para fazer uso da palavra, a Deputada Verinha Araújo e o Deputado Zé Carlos do Pátio.

Nós queremos registrar, com muita satisfação, a presença do Deputado Ságuas, que já se encontra fazendo parte da Mesa.

Portanto, concedo a palavra à Deputada Verinha Araújo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Em um entendimento havido do Presidente conosco, nós alteramos o tempo da Deputada, que passa a ter dez minutos ao invés de cinco minutos. Assim como para os demais Deputados, evidentemente.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde a todos e a todas!

Mais uma vez, estamos aqui em uma Audiência Pública da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, tendo a presença do Secretário Waldir Teis, cumprindo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com toda sua assessoria, Secretários de Governo.

E, nesse tema, sobre a avaliação do primeiro quadrimestre de 2006, nós estamos apresentando um comparativo dos bimestres dos anos anteriores para trabalharmos essa tese da questão da evolução das receitas.

Então nós pegamos as receitas correntes do sexto bimestre dos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005, depois a receita tributária, os impostos e as transferências correntes. E nós constatamos que as receitas correntes cresceram, de 2002 para 2006, de forma acelerada e constante, fundamentalmente, garantidas pelas transferências correntes, sobretudo, no período de 2004 e 2005, quando elas foram mais acentuadas. Se os senhores compararem, foram os melhores anos de crescimento de receita, tanto em termo de ano, como também em termos de percentuais. Se vocês observarem o quadro, nós temos um quadro ilustrativo das receitas correntes, receita tributária, impostos e as transferências correntes.

Pode passar para o quadro seguinte.

Este é um outro quadro, considerando o primeiro quadrimestre com relação às receitas correntes, que é o que nós justamente estamos analisando aqui hoje.

Então nós vamos observar que as receitas correntes, nos primeiros quadrimestres, crescem de forma acelerada e constante, sendo que, no ano de 2006, elas desaceleraram, mas houve um crescimento nominal.

Então observamos os valores lá de cada quadro específico, de cada ano específico, quando nós percebemos que, especificamente, com relação à receita tributária houve uma pequena queda e em relação às transferências correntes, que também nós fizemos um quadro aqui, e nós seguimos aquele quadro anterior, foi crescendo entre 2004, 2005. Mas no início de 2006 começa a dar uma desacelerada, mas não é aquela previsão que estava sinalizada. Depois nós vamos fazer um fechamento lá para colocarmos o questionamento.

Quadro seguinte.

A receita corrente entre 2001 a 2006. A evolução das receitas correntes, ao longo do ano, tem tido um comportamento similar em todos os anos, principalmente a partir de 2004, mas há uma queda justamente nos mesmos períodos. Se nós observarmos aqui, porque esse quadro de baixo é em termos de valores, nós vamos observar que justamente no período fevereiro, maio e junho há uma queda, mas ela retoma, e dá uma desacelerada de novo entre setembro e outubro, sendo que de outubro até dezembro há uma grande aceleração nas receitas. Depois, eu até gostaria que o pessoal da Fazenda nos respondesse o que é esse período sazonal nas quedas e os períodos de crescimento de receita.

Outro quatro.

E aqui, o ICMS. O ICMS também tem um comportamento similar, justamente no mesmo período. Há uma queda em fevereiro, maio e junho, há uma queda nesse período, retoma o crescimento e cai de novo entre setembro e outubro, especificamente o ICMS.

As transferências correntes, que é uma questão que nós temos colocado no debate, que é justamente no período em que há queda do ICMS, o crescimento da receita corrente, muitas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

vezes, ocupa essa perda de receita, e aí os municípios, no caso, acabam com a queda de ICMS, recuperando um pouco no crescimento das transferências correntes, ocupando essa perda.

E também um fato específico que foi 2005, onde nós observamos que houve quedas, retomadas, mas uma grande aceleração aí entre novembro e dezembro de 2005 das transferências correntes.

Agora, essa é a primeira pergunta que eu quero fazer ao Secretário, que é com relação aos contratos terceirizados. Em 2005, houve uma grande aceleração. Vocês vejam que, em 2004, nós temos ali uma linha permanente em termos de valores, ou seja, gastou-se 9 milhões com contratos terceirizados, sendo que, em 2005, salta no primeiro quadrimestre de 6 milhões para 23 milhões com contratos terceirizados. E já em 2006 inicia justamente com 23 milhões nesse gasto, quer dizer, por quê? Essa é a primeira pergunta. Onde estão esses contratos terceirizados e por que esse crescimento bastante exagerado, praticamente três vezes mais num único ano?

Eu trouxe um... Todos nós, Deputados, recebemos o parecer das contas do ano de 2005 do Conselheiro Antônio Joaquim, e eu queria me deter especificamente à questão da educação. Como é execução, quando discutimos aqui o último quadrimestre de 2005, eu mesma solicitei um quadro específico do último quadrimestre de 2005, nós fizemos aqui mais análise do ano como um todo, sem especificar o último quadrimestre, porque justamente eu queria que o Governo me prestasse contas desse item que é recuperar no salário dos trabalhadores mais de 10% de recomposição salarial, que é uma das recomendações que o Tribunal fez durante 2 anos consecutivos, mas o Governo não cumpriu, tanto em 2004 como em 2005. Isso está, inclusive, extratificado na análise do Conselheiro Antônio Joaquim.

Pode passar e ir para o último quadro.

Estão aqui em minhas mãos as contas de 2005, a análise das contas de 2005 do Governo do Estado, do primeiro quadrimestre de 2005. E eu verifiquei que, com relação às receitas tributárias, no primeiro quadrimestre de 2005, se arrecadou R\$1.121 milhões. No entanto, no Orçamento que o Governo mandou a esta Casa, que inclusive nós apreciamos, o Governo previu no Orçamento R\$1.244 milhões. Então, veja bem, se o próprio Governo anunciou durante quase todo o ano que teríamos uma crise, que estava anunciada uma crise, principalmente no setor do agronegócio, já tendo constatado no primeiro quadrimestre de 2005 que se arrecadou R\$1.121 milhões, mesmo assim mandou um orçamento e sancionou o Orçamento com R\$1.244 milhões, ou seja, bem acima inclusive daquilo que havia sido arrecadado enquanto que o orçamento deveria ser mais fiel até que a própria arrecadação do ano de 2005.

Só para comparar em relação a impostos, por exemplo, que se arrecadou no ano de 2005, no primeiro quadrimestre, 1,110 milhão. No entanto, o orçamento foi... Não detalhou então.

Vamos pegar o caso do Imposto de Renda que arrecadou em 2005 53 milhões e, no entanto, na previsão orçamentária ficaram 27 milhões. Então, por isso a minha pergunta aqui. Por que justamente naquelas receitas, que são as receitas de transferências, são outras receitas, fora as do ICMS, se reduziram para baixo, enquanto que as receitas próprias no caso do ICMS, que já se tinha uma previsão de crise, o Governo jogou para cima, ou seja, superestimou o orçamento e subestimou nas transferências, onde justamente vinha sempre tendo um crescimento, onde já se tinha constatado um crescimento?

Então, nós colocamos aqui a questão do planejamento. O planejamento do Governo, essa é a minha avaliação, acho um pouco irresponsável nas previsões de receita para 2006, visto que mesmo diante da crise anunciada do agronegócio, acelerou a previsão das receitas tributárias e desacelerou a previsão das transferências correntes. Foi um verdadeiro contra-senso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Enquanto que nós verificamos ali no próprio quadro, que eu já demonstrei, que as transferências correntes foram sempre crescendo de ano para ano, muito mais aceleradas, ele jogou para baixo no orçamento. E o ICMS, onde já se constatava a queda, ele jogou bem para cima, bem acima, inclusive do que poderia ser... Nem a inflação minimamente foi acompanhada. Parece-me que foram quase 20% acima daquilo que poderia ser o orçamento.

A minha segunda pergunta. Com qual objetivo isso foi feito? Quais as conseqüências para execuções orçamentárias? Por que superestimar e depois contingenciar?

Quer dizer esse contingenciamento no início do ano verificado com que sentido, já que o Governo tinha toda uma estimativa, toda uma discussão, inclusive anunciando a tal crise, que ela não se verificou assim tão concretamente, pelo menos, nas receitas realizadas no primeiro quadrimestre de 2006.

Era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Sr. Secretário, Vossa Excelência pode responder as indagações da Deputada - que são duas - e utilizar, evidentemente a ajuda da sua Assessoria.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Obrigado, Deputado.

Deputada Verinha Araújo, primeiro a questão dos terceirizados. Até antes dessa sua observação, os contratos eram pagos como pessoa jurídica, não entravam no contexto de pessoal. Depois o professor Sírio também pode complementar a nossa resposta.

A questão da estimativa da provisão ou previsão da receita dos semestres e das outras receitas quando foi remetida ou enviada era do ano passado, nós tínhamos um quadro econômico diferente desse que ocorreu até o final do ano, tanto que no final do ano a discussão foi bastante acirrada aqui na Assembléia, quando houve o contingenciamento autorizado pela Assembléia no art. 7º da LDO de 2006.

Então, não houve uma superestimativa apenas voluntária para, vamos falar, querer fazer uma cobertura de alguma... sei lá do quê... Não tem nem explicações, porque se faria isso daí. O que foi é que nós tínhamos um quadro econômico "x", no final do ano o quadro econômico era pior do que "x" e a própria Assembléia Legislativa, nas suas discussões, fechou o contingenciamento de quinhentos noventa cinco milhões, que está no art. 7º da Lei que aprovou o Orçamento no final do ano.

E as outras respostas que a senhora fez referência, às transferências da União, eu vou passar a palavra ao Dr. Marcel, nosso Secretário-Adjunto, que fará uma explicação sobre as suas indagações.

O SR. MARCEL CURSI - Deputada, as transferências constitucionais não podem ser, evidentemente, em si consideradas, ignorando o que nós chamamos de conta fiscal federativa. Ou seja, a nossa Constituição prevê um conjunto de fluxo de recursos que vão e voltam. Não dá para considerar só a soma positiva.

Então, nós temos o serviço da dívida, que também precisa ser considerado quando se trata da questão com a União. Nós recebemos um volume de recursos e repatriamos uma série de recursos. Nesse montante líquido, nós somos negativos. Aliás, a região Centro-Oeste toda é negativa. O pior quadro é de Goiás que chega a repatriar em torno de um bilhão de reais de recursos para a União, onde esses recursos são alocados, provavelmente, na construção de obras e serviços na região sul e sudeste.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

No caso de Mato Grosso, esse déficit, enquanto federativo, é muito alto. Nós também pagamos um serviço de dívida gigantesco e o que nós recebemos sequer liquida esse serviço da dívida.

Sobre a evolução, o cálculo nominal é pouco expressivo, seria importante considerarmos cálculos relativos. A carga tributária federal era de 30% no período que a senhora mencionou, 2001, sobre o PIB. Ela chegou a 38,6% em 2005. Portanto, temos uma elevação de 30% nessa carga que deve resultar, evidentemente, no aumento igual de 30% nas transferências constitucionais.

O que acontece é que as transferências constitucionais não verificaram aumento de 30%! Porque a União editou, através do art. 74, da DCT, a chamada DRU, tirando 20% dos recursos de políticas sociais dos municípios e dos estados, para livre aplicação do Governo Federal. Então, embora tenha havido aumento, esse aumento não foi proporcional ao aumento efetivamente experimentado pela União Federal nas suas receitas.

Também há de se esclarecer que as transferências constitucionais, a transferência correntes mencionadas, elas são definidas no texto constitucional desde 1988. Portanto, elas são automáticas, elas não são voluntárias, elas não dizem respeito a uma ação que o Governo Federal efetivamente tenha gestão. Na verdade, ele tem trabalhado contra essas transferências com a prorrogação da DRU e com a edição de contribuições como a CPMF, outras contribuições não partilhadas. Muito obrigado.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Sobre as transferências correntes, do fundo de participação dos estados, eu acho, Sr. Presidente, que nós temos que... Nós já tentamos junto ao CONFAZ discutir o Fundo de Participação dos Estados que foi definido o índice de cada estado em 1989 e, de lá para cá, nunca mais se questionou o índice de participação dos estados.

No CONFAZ nós tentamos, por muitas vezes, rever essa conta e os Estados do Nordeste e, principalmente, alguns do Sul, não concordam em fazer essa revisão. Nós temos aí um problema muito sério que tem que ser... Eu acho que nós temos que juntar as nossas Bancadas Federais, Assembléia Legislativa, todos os poderes desses estados que hoje se sentem prejudicados com as transferências constitucionais, pela falta da revisão do índice de participação dos estados para que possamos melhorar isso. Já são 15, 16 ou quase 17 anos que não se faz essa revisão.

Há dias, numa discussão que nós tivemos no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós questionamos isso, que já é hora de se fazer uma revisão no Brasil dessas transferências. Aqui o Dr. Marcel coloca das transferências constitucionais e correntes, é justamente em função dessa elevada carga tributária que todos nós questionamos. Mas, queira ou não, eu acho que se existe uma carga tributária elevada, existe também uma demanda que não tem fim. Então, não é uma culpa deste ou daquele governo. E acho que o que nós temos é um problema de país, de desigualdades sociais muito acentuadas, de desigualdades regionais mais acentuadas ainda.

E nós questionamos muito, hoje, o tratamento que a União nos dá, independentemente do Governo, com relação ao Sul. Nós temos um tratamento isonômico que não dá mais para conviver com essa isonomia com relação ao Sul. Enquanto nós recebemos da CIDE apenas 9%, nós temos trinta e tantos por cento da nossa malha rodoviária sem asfalto, ou necessitando de reparos e construções.

O Sudeste, principalmente São Paulo, tem 9% dessa malha e recebe vinte e tantos por cento da CIDE. São Paulo tem a maior malha rodoviária pedagiada. Há um descompasso muito forte e esse descompasso, nós acreditamos, se dá, talvez, pela pouca representatividade política que o Centro-Oeste e os estados menores têm com relação ao Sul.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Eu acho, Sr. Presidente, que nós temos que levantar um grande debate para começar a movimentar, a partir do ano que vem, essas questões das transferências, das diminuições das desigualdades regionais e, acima de tudo, da isonomia que temos no Brasil.

Com referência, Deputada, se a senhora não se sentiu confortada com a resposta, nas questões pessoais, eu passo a palavra ao Dr. Círio para fazer alguma complementação.

O SR. CÍRIO PINHEIRO - A questão do pessoal é a seguinte: anteriormente, esses valores eram classificados como serviços de terceiros. Após estudos feitos, nós fizemos a reclassificação desses valores tirando de serviço de terceiros para despesa de pessoal, a um cumprimento de legalidade pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, por isso que tem trazido essa diferença nos valores registrados...

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE) - Quais setores?

O SR. CÍRIO PINHEIRO - Cada caso é estudado as condições dos serviços que são feitos. Então, nós fizemos um estudo, um levantamento, uma pesquisa de todos os serviços, levado a uma Comissão feita pela Fazenda e a Auditoria, ali nós levantamos aqueles serviços que realmente se qualificavam como mão-de-obra, a qual o art. 11, se não me engano, da Lei de Responsabilidade Fiscal, dizendo que aquilo não era serviço de terceiros, deveria ser enquadrado como pessoal. E, a partir dali, nós fizemos o reenquadramento dentro dessa pesquisa, a todos os contratos de mão-de-obra existente no Estado.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado João Malheiros, que está presidindo esta Audiência Pública.

Primeiro, eu quero ser bem claro de que o Governo mantém as contas do Estado numa condição muito positiva. Até me estranha vender uma imagem de instabilidade, uma imagem de crise do Estado de Mato Grosso, àquilo que nós estamos vendo pela imprensa.

Então, eu quero fazer a seguinte pergunta: Demonstrativo dos Limites, quando você vai no Demonstrativo dos Limites, o total de despesa líquida com pessoal para fins de apuração do limite, o TDP, hoje é de 38%. O Estado hoje gasta com pessoal 38%. O limite máximo é 49% e o limite prudencial é 46,55%.

Eu pergunto, Secretário: Por que o Governo, no último projeto de lei que encaminhou à Assembléia Legislativa, não garantiu as perdas salariais dos servidores, sendo que esta está bem aquém do limite prudencial e limite máximo, principalmente as perdas de vários setores que haviam reivindicado.

Uma outra questão, dentro do demonstrativo dos limites: a dívida consolidada líquida é de 96%, o limite é de 200% e, se você for lá no quadro, eu não sou economista, sou engenheiro, sou matemático, vocês desculpem-me, mas se você for lá no quadro do demonstrativo, da dívida consolidada líquida, você vê que a dívida consolidada líquida do Estado era de R\$5.786.238 mil e teve uma dedução de R\$1.004 milhões. Essa dedução é ativo disponível. Eu pergunto, Secretário, isso é dinheiro em caixa? Porque a dedução para o cálculo, segundo o FMI, é a dívida consolidada bruta, menos as deduções. Inclusive, no final do ano, a dívida consolidada sobre a receita corrente líquida era de 134%, quer dizer, era de 111% - desculpem-me. Hoje é de 96%. Isso é uma metodologia feita pelo FMI. Então eu pergunto a Vossa Excelência: o Governo está garantindo dinheiro em caixa para pagar a dívida? Porque, inclusive, as deduções, no dia 31 de dezembro, foi de R\$1.004 milhões; e no 1º quadrimestre foi de R\$1.537 milhões. Houve um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

aumento de R\$500 milhões do saldo disponível em abril, quer dizer, a receita menos a despesa, que é o resultado do caixa.

Daí eu vou numa outra pergunta ao Secretário: se o Estado tem margem para oferecer garantia, por que ele não ofereceu garantia na operação da Caixa Econômica Federal para uma política de saneamento, em que o Prefeito Wilson Santos solicitou 50 milhões da Caixa Econômica e precisava dessa garantia?

Sr. Presidente, o total das garantias, hoje, do Estado é 0,11%, segundo demonstrativo dos limites. E o limite definido pela resolução do Senado Federal é de 22%. O Governo, realmente, está com as contas em conformidade. Não está gastando no limite definido pelo Senado Federal para operação de crédito nem para crédito por antecipação de receitas.

Se se pegar o balanço orçamentário de 2005, verifica-se que no primeiro quadrimestre teve uma arrecadação de um R\$1.707.384 mil em 2005 de receita corrente. A previsão orçamentária inicial do Governo é de R\$5.874 milhões durante todo o ano, e este já teve uma arrecadação no primeiro quadrimestre de R\$1.707.384 mil... Desculpem-me, mas a receita é de R\$6.043 milhões, e teve uma arrecadação de R\$1.799 milhões, ou seja, 29,78%.

Como a Deputada Verinha Araújo colocou, nos quatros primeiros meses existe realmente uma arrecadação estável, não um processo de crescimento. Quer dizer, se já está com 30% da arrecadação no primeiro quadrimestre, então está tendo uma arrecadação normal, dentro da previsão do Governo do Estado. Por que vender para a sociedade uma crise?

Secretário, quanto às contribuições econômicas, o Governo fez uma previsão. A contribuição econômica, para quem não sabe, envolve o FETHAB, é uma das maiores contribuições econômicas, está dentro das receitas de contribuições. Eu quero pedir aos economistas que, qualquer coisa, corrijam-me, porque eu não sou da área. Então as contribuições econômicas estão dentro das receitas de contribuições. O Governador fez uma previsão de R\$390 milhões, e já se arrecadou R\$123 milhões do FETHAB, ou seja, 32%. Se é um quadrimestre, teria que ser numa média... Foram 32,22%. Se é um quadrimestre, teria que ser numa média de 33%. Concordam comigo? Quadrimestre é um terço do ano. Portanto, está dentro da arrecadação.

Sr. Secretário, quanto às contribuições sociais, que estão dentro das receitas de contribuições, foi feita uma previsão de R\$177 milhões - a previsão inicial. E há a previsão atualizada. Eu quero deixar claro que o Governo não reduziu entre a previsão inicial e a previsão atualizada. Isso significa que ele acredita na receita e na arrecadação que ele tem.

Então, eu digo ao Secretário: O Governo arrecadou R\$55 milhões, ou seja, 31% do fundo social. Inclusive, nessa receita está o FUPS, que é o Fundo de Assistência Social. Secretário, nós, Deputados, que somos do lado do trabalhador, não poderíamos votar contra o FUPS, mas eu quero fazer uma pergunta a Vossa Excelência. O FUPS tem um desconto de 30%, quer dizer, é uma renúncia fiscal de 30%. E a pergunta que eu faço a Vossa Excelência é a seguinte: Estão incluídas no FUPS as transferências constitucionais da educação, da saúde e as municipais ou isso é um instrumento para, realmente, não se fazer esse tipo de arrecadação? Se houve uma falha da Assembléia Legislativa, o que fazer para corrigirmos essa falha? Porque não podemos deixar de garantir as transferências constitucionais. Ou isso foi uma manobra para não se aplicar os recursos constitucionais?

Eu quero desculpar-me com o Secretário, porque ele é economista e eu não sou da área. Eu queria perguntar, Secretário: O Governo do Estado aplicou em saúde no quadrimestre 22%. A média teria que ser 33%. Uma média é de 33%, porque se você tem uma política de planejamento ordenado, bem planejado, tem que ser em cima do planejamento. Por que não se aplicou os 33%?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Trabalho - aplicou somente 23%. Educação - 23%. Por que não se aplicou os 33%. É o primeiro quadrimestre. Ou está faltando um planejamento bem mais definido? Cultura, 26%; direitos da cidadania, são políticas sociais, 2,96%; saneamento, 0%. Realmente, não houve política... (É DESLIGADO O MICROFONE.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Eu quero que o serviço de som disponibilize mais três minutos para o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Por que, Secretário, já na comunicação o Governador aplicou 43%? 43%. Quer dizer, aplicou a quem? 10% a menos em todos os serviços. Na área social, inclusive, chegou a aplicar 0% em saneamento, mas em comunicação aplicou 43%.

Sr. Secretário, caro colega Deputado João Malheiros, eu tenho até vontade de fazer mais perguntas, mas em respeito a Vossa Excelência que vem dirigindo esta Sessão, se possível eu farei a réplica, a tréplica dentro de um encaminhamento na Audiência Pública. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Sr. Secretário, Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Obrigado.

Deputado, quanto à questão da primeira pergunta, por que o Governo não repôs as perdas salariais, dada que essa questão dos índices que foram levantados e estão escritos, uma, porque no Governo Blairo Maggi há um compromisso de reparar ou repor as perdas salariais da gestão do Governo Blairo Maggi. Outra, que tem muito discurso nessa questão, principalmente do SINTEP, que é uma perda salarial do SINTEP, e essas discussões já foram feitas no gabinete do Governador com a Secretária Ana Carla, e foi mostrado que desde a última revisão salarial, no Governo anterior, não se constatou perda e sim uma conta, o Estado tinha outra, e na prova e desprova, quem provou acabou apresentando a conta que não havia perda salarial. Então, eu acredito que perda salarial nessa gestão ninguém está contabilizando.

Dentro mesmo do Governo Blairo Maggi, foram pagos aproximadamente, isso até final do ano passado, mais de trinta e oito milhões de direitos, vamos chamar aqueles direitos mais conhecidos por penduricalhos da folha de pagamento dos servidores, eles foram liquidados dentro de uma política estabelecida e de uma diretriz ordenada pelo Governador.

Quanto à dívida consolidada, eu vou pedir depois socorro a nossa técnica, Sr^a Inês.

Quanto à questão do ativo disponível, nós temos aqui no ativo disponível recursos financeiros, haveres, que é uma conta sintética, e, se for necessário, depois nós podemos abri-la para o senhor, eu não vejo problema nenhum quanto a isso, mas nesse ativo disponível tem o saldo financeiro de todos os fundos, inclusive da Fonte 100.

A outra pergunta que o senhor me fez é que, nos conceitos do FMI, nós temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal como diz o comparativo, se há concomitância de entendimento quanto a isso...

A questão das garantias nas operações que a Prefeitura de Cuiabá tentou junto à Caixa Econômica, que o Governo do Estado procurou junto à Caixa Econômica buscar 300 milhões de financiamento, justamente o parcelamento da Baixada Cuiabana, para isso foi feita uma ação muito forte na União. E por falta, justamente, por não nos enquadrarmos dentro das normas de contratação de empréstimos, não foi autorizada essa contratação, embora seria da Caixa Econômica Federal e não do Governo diretamente. Não foi por falta de empenho, não foi por falta de insistência, foi porque as nossas condições - depois a dona Inês dará as questões técnicas mais esclarecidas -, mas foi feito sim, não é falta de garantia, era a nossa condição de obtenção de empréstimos que não permitia isso. E, salvo engano, antes havia uma previsão de que a partir de 2008 nós teríamos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

condições de fazer contratações, e na última revisão que a missão da STN fez, dias atrás aqui no Estado, no final do mês de maio, já nos alertaram que só em 2010 nós teremos condições de fazer novas contratações e empréstimos.

Então, é uma situação do Estado que não significa dizer que é uma situação do Governo, mas é uma situação do Estado. São questões técnicas que a legislação federal impõe e nós, queira ou não, temos que nos submeter a ela.

A questão da crise, veja bem, quando nós falamos na redução de receita, sempre nós nos referimos ao ICMS. O ICMS está 14,5% abaixo. E a crise, Deputado, tomara Deus que ela não se constate nas nossas receitas, que nós tenhamos, entre Fundo de Participação do Estado, outras transferências e mesmo na arrecadação, uma surpresa. Mas a crise existe. Ela existe e está aí. Então, se ela não está aí, eu diria que todos os órgãos de comunicação, Governo, Parlamentares, políticos, estariam tendo uma ilusão muito grande em estar todos com o mesmo intuito falando da crise, tanto é que o Governo Federal admite essa crise no agronegócio. Então, é uma coisa muito clara e há uma preocupação muito grande ainda em relação a 2007, porque o setor entende que, embora o Governo Federal tenha disponibilizado vários recursos ainda não sejam... Não é a questão dos recursos que viabilizam o agronegócio. Hoje nós temos um problema de custos que impede de se ter uma atividade rentável, ou não, pela situação atual, pelos custos que temos dos insumos, dada a elevação de preços, porque você precisa de mais reais para adquirir o mesmo produto que você precisava antigamente. A quantidade de dólares é bem maior hoje, porque se você tinha, digamos, um saco de soja vendendo a U\$10.00, daria hoje R\$22,00 e há um ano e meio daria R\$33,00. Então, perdeu-se uma capacidade financeira muito grande. Então, isso é o que inviabiliza o nosso agronegócio e hoje o pessoal está muito preocupado quanto a isso.

Quanto à questão do FUPIS que o senhor colocou, veja bem, no FUPIS nós temos uma receita principal que provém do setor da construção civil. Nós já colocamos isso aqui, que inclusive foi aprovado por esta Casa, havia uma demanda judicial, em todos os Estados tem essa demanda, que a construção civil não é uma atividade contribuinte do ICMS. Então, num acordo que fizemos, eles admitem uma contribuição para o FUPIS. Essa é questão é muito interessante. Agora, dentro do FUPIS não entram transferências constitucionais, porque toda transferência tem o seu destino certo, a não ser que a União mande uma transferência voluntária para a contribuição do FUPIS. Então, não há nenhum valor aí dentro que seja escondido.

A questão da aplicação na saúde, os recursos estão disponíveis. Agora, nós temos a redução das despesas. Existem as licitações, os pregões que são feitos e os processos licitatórios, sabemos todos, demoram muito. Os recursos estão disponíveis, sabemos e temos um controle total da necessidade e da demanda que a saúde tem, assim também na educação e isso, com certeza, até o final do ano vai ser cumprido.

A questão da cultura, a cultura, por exemplo, vai se concentrar nos meses de junho e julho os maiores investimentos em cultura, porque os processos ou projeto culturais foram aprovados agora entre maio e junho. Há um momento em que os conselhos se reúnem, até dia 15, 16 de março, salvo engano, mas mais ou menos nesses dias, o prazo de protocolo dos projetos, depois os projetos são analisados e aqueles aprovados vão sendo liberados. Já foram liberados, agora, neste mês de junho, estão sendo liberados, eu diria, a maioria deles. Também será cumprido, com certeza, mas dentro de um contingenciamento previsto.

Questão do saneamento, eu já respondi.

A questão da comunicação, de ter gastos isso daí, com o valor de 43%, eu acredito que o Executivo tem toda liberdade, dentro do orçamento, de escolher o momento de gastar os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

recursos nesse ou naquele segmento, naquela Pasta.

Então, não há nenhum descontrole, até porque a partir do mês de julho, salvo engano, não se pode fazer mais nenhuma divulgação de mídia, dada às questões eleitorais. E, lógico, se o Governo tem alguma política e o Governo tem a necessidade e a obrigação de mostrar para a população aquilo que é feito, nada mais justo que concentrar nos meses que antecedem, que é permitida a veiculação de propaganda, ou seja, de mídia, se fazer concentração nesses meses. Com certeza, nós teremos meses em que não se fará essa divulgação, até porque o recurso no ano eleitoral para comunicação é limitado à média dos três últimos anos. Então, dentro dessa política da média, observando essa norma que regula a comunicação, até para que não haja abuso no ano eleitoral, o Governo vai tomar cuidado de não ultrapassar essa média que é estabelecida pela lei.

Eu convido agora a Sr^a Inês para dar uma explicação mais técnica quanto à questão dos índices de 0,96 agora em relação à receita corrente líquida e de 1,11 que havia em 31 de dezembro.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só para eu fazer uma observação antes dela.

Eu só quero dizer o seguinte: O que me assustou é que nós tivemos no período de janeiro a dezembro, um pagamento de 664 milhões da dívida. E, no bimestre, 112 milhões da dívida. A dívida nossa era de 5 bilhões e 786; a dívida consolidada caiu para 5 bilhões e 600. A dívida fiscal líquida era de 4 bilhões e 400, caiu para 3 bilhões e 800. Quando eu leio a palavra dedução, Ativo Disponível, a análise que nós temos é que é dinheiro em caixa. Eu faço essa pergunta, que foi de 1 bilhão e 4 milhões, no final de 2005, e pulou, no primeiro quadrimestre, para 1 bilhão 537 milhões de reais.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - No Ativo Disponível tem dinheiro em caixa, haveres financeiros, 779 milhões dentro desse valor de 1.537. Agora, o que eu posso fazer, eu não tenho aqui a contabilidade analítica... Eu não tenho esses valores abertos aqui. Agora, se o senhor quiser, nós podemos fazer essa abertura de contas e mostrar o que temos em caixa no dia 30 de abril, quais os haveres financeiros e outros valores. Mas não significa dizer que o Ativo disponível é moeda financeira! Não é! Dentro do conceito de contabilidade Ativo disponível é tudo aquilo que você pode, a curto prazo, transformar em moeda. São direitos que podem ser transformados em moeda.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu não estou falando que é, mas eu estou perguntando. É que nós temos no dia 31 de dezembro um bilhão, que pressupõe que possa ser. Na verdade, não está aqui especificado o que é, está de forma genérica.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Perfeito! Mas nós faremos abertura dessas contas e encaminharemos.

E, outra coisa, a questão da dívida pública, o que foi pago, Deputado. Foram pagos, neste ano, de juros, cento vinte um milhões de reais, e noventa um milhões de reais para a parte de amortização. Então, não foi só esse valor. Então, se deduz também ou se soma nesse número, que o senhor disse aí, os juros, que são cento vinte um milhões de reais. Agora, os juros...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Desculpe-me, Secretário, eu não sou economista, mas devo estar falando do resultado nominal e tem o resultado primário. Na verdade, existe o resultado nominal e o resultado primário. Para o pessoal entender, um envolve a questão dos juros, o outro é o valor sem o envolvimento de juros e outros encaminhamentos.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Certo! Mas se o senhor pegar os juros, o senhor vê que nos juros, por exemplo, não foram realizados os 100% previstos para o período. É fácil de explicar: Nós tínhamos um câmbio "X" em dezembro e há uma correção da dívida que a oscila, ou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

se os índices que servem para se fazer a correção tem oscilação e oscila para baixo. Mas, se o senhor pegar o valor de amortização de 99,8% - salvo engano - no pagamento da amortização, que é aquilo que é efetivamente obrigatório.

A SR^a INÊS - Boa-tarde!

Deputado, o que tem que ficar bem claro para todos é que existem duas Resoluções, uma é a Resolução nº 40, em se tratando da dívida, e a outra é a Resolução nº 43. A Resolução nº 40, ela apenas limita o estoque, que é essa publicação que está aí, que nós estamos 0,96 vezes a Receita Corrente Líquida. Isso é uma coisa!

Em relação à Resolução nº 43, ela fala de capacidade de endividamento, que é o 11,5%, e que o Estado está 13,77%. Então, está bem acima de se contrair, de se endividar mais.

Então, quando o senhor olha que tem 22% da Receita Líquida real, se pagou isso durante o Quadrimestre, não tem nada a ver com limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não existe limite de pagamento de dívida. Não se fala assim: "Oh, tem que se pagar só 11,5%." Não existe essa taxa fixada. Existe, sim, estoque. E nós estamos bem abaixo do estoque...

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Por que há essa decisão?

A SR^a INÊS - Porque existe 15% que está estabelecido no nosso contrato, no programa de ajuste fiscal e o resto é a dívida extralimite, que não temos limite para pagar e, sim, tem que pagar os 100% da dívida.

Está esclarecido para o senhor, Deputado?

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Só complementando: a questão dos vinte dois, é porque tem um prazo de amortização e dentro desse prazo tem que ser amortizado. Então, é lógico, existe uma conta feita que leva a esse número.

A SR^a INÊS - Se o senhor olhar, com relação à receita corrente líquida, o valor está bem mais abaixo do que fala o quadro lá. Então, não existe limite de pagamento mínimo, por isso nós não conseguimos contrair empréstimo com a Caixa Econômica Federal, porque estamos acima. Dentre várias normas, a principal é esse limite. *Ok?*

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só quero que você encaminhe para nós, nessas deduções, até para cálculo da dívida fiscal líquida, no dia 31 de dezembro, por que foi um bilhão e quatro milhões essa dedução, esses ativos disponíveis e haveres financeiros? E por que foi no dia 30 de abril, um bilhão quinhentos trinta sete?

Eu quero colocar: qual o valor do pagamento da dívida intralimite e extralimite? Você tem?

A SR^a INÊS - Até agora?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - É.

A SR^a INÊS - O total dela dá cento e poucos milhões até agora; noventa um de amortização e cento vinte um que está aí de encargos. Esse estão os dois, intra e extralimite.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não, porque o pagamento do intralimite é até 11,5%...

A SR^a INÊS - Não, é 15%; 15% da receita líquida real. E a receita líquida real é uma metodologia para se chegar. Receita líquida real, não corrente. Não corrente.

Mas, se o senhor quiser, nós mandaremos para o senhor bem discriminado, não é Secretário?

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Deputado, se o senhor necessitar também dessa demonstração, nós o faremos por escrito.

A palavra, Sr. Presidente, está com o senhor.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

A Sr^a Verinha Araújo - Sr. Presidente, tem algum colega Deputado inscrito? Porque eu não fiz réplica e gostaria de fazer uma pergunta que ficou sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Se a pergunta ficou sem resposta, Vossa Excelência pode fazê-la.

Eu quero dizer que nós temos o tempo da Sessão já tomado há mais de quarenta minutos do previsto no Regimento Interno, e gostaria que Vossa Excelência, para que não saísse daqui meio descontente, a fizesse porque, eu tenho certeza, o Governo está aqui para isso, irá esclarecer da melhor forma possível.

Portanto, concedo a palavra, para mais essa possibilidade de pergunta.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - A pergunta que eu fiz, que ficou sem resposta, é a seguinte: Em 2005, o Governo arrecadou no primeiro quadrimestre, com relação aos impostos que compõem a receita tributária, ele arrecadou novecentos oitenta e nove milhões, no primeiro quadrimestre. No entanto, ao olhar a receita prevista no primeiro quadrimestre de 2006, o Governo trabalhou com a expectativa de arrecadar um bilhão cento e quarenta e dois milhões, sendo que ele tinha arrecadado nesse mesmo período, em 2005, novecentos oitenta e nove milhões.

A minha pergunta: Por que é que o Governo superestimou a sua receita de ICMS em quase 30%? A receita de ICMS, especificamente, já trabalhando, inclusive... O senhor já me respondeu num primeiro momento que foi por conta da LDO que tramitou no primeiro semestre. Mas nós, observando e fazendo uma projeção para o ano, o Governo trabalha com a perspectiva de arrecadar para o ano, três bilhões e oitocentos e dez milhões de ICMS. Ou seja, praticamente, ele vai manter para os dois quadrimestres vindouros a mesma perspectiva; ou seja, então não foi a LDO que seria desculpa.

Aí a minha desconfiança, Secretário, de que o Governo superestima, faz contingenciamento e, na verdade, com o contingenciamento, ele acaba afetando setores sociais, como o caso da educação, da saúde, da segurança, que nós questionamos, inclusive o contingenciamento para setores essenciais. É essa a minha pergunta.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Obrigada, Deputada.

Primeiro, a superestimativa não houve, porque quando foi elaborada - eu já falei isso antes - a LDO, em março de 2005, o que eu falei? Nós tínhamos um quadro econômico que acenava essa possibilidade. Até o final do ano, que houve toda essa inversão da economia, constatou-se que haveria uma redução.

Se a senhora pegar aqui a receita do ICMS, que é a receita tributária, ela caiu 14.5%, ela está dentro da estimativa do contingenciamento, a receita tributária, que foi sempre o que nós colocamos, que a nossa receita tributária sofreria redução. Então, não houve uma superestimativa de receita, e nem para se esconder dinheiro nessa questão.

Quanto à outra questão, até para deixar de se fazer, vamos falar assim, serviços sociais, não há porque no Governo não há como se fazer poupança. Temos um orçamento para cumprir, independentemente de ter o dinheiro em caixa... Melhor dizendo, se tiver dinheiro em caixa, dentro do orçamento, se fará aplicação até porque senão isso incorre em algumas questões criminais, aquilo que diz respeito à saúde e à educação.

Segurança pública, tenho certeza de que não está faltando dinheiro, os policiais estão todos nas ruas, as viaturas estão nas ruas, as delegacias estão atendendo, o material existe, enfim, toda infra-estrutura está a serviço da sociedade; saúde, a mesma coisa; e educação, a mesma coisa. Aquilo que está dentro dos limites da receita do Estado para a educação, está sendo realizado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Agora, nós sabemos que há por trás disso, Deputada, uma grande reivindicação de aumento de salários...

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL).

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Na estrutura de escola, veja bem, eu não trouxe os números aqui, parece-me que amanhã a Secretária Ana Carla Muniz estará aqui e a senhora poderá dirimir algumas dúvidas com ela, amanhã cedo.

Mas, na estrutura da escolas, nós temos certeza de que os investimentos feitos foram dentro daquilo que a lei obriga que se faça e dentro da capacidade financeira do Estado. Porque não adianta nós também termos, pegando o último ano de gestão, termos aí um orçamento de seis bilhões e quarenta cinco milhões, trazendo, contingenciado, vem para cinco bilhões e meio, aproximadamente. Vamos dizer que não se realize acima dos cinco e meio essa receita, nós ficaríamos com o passivo descoberto, que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, nos incrimina.

Então, nós temos que ter esse cuidado de não chegar no final do ano com as nossas contas estouradas, ou deixar conta para gestão futura.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Só para concluir uma outra pergunta, veja bem: se o senhor observou no quadro que eu demonstrei, que há uma estagnação com relação às receitas entre o segundo semestre de 2005 para o início de 2006. Eu pergunto ao senhor: já que nós estamos discutindo LDO aqui para o ano de 2007, o senhor pretende repetir a mesma estratégia de superestimar? Já que a gente constatou que na receita nesse ponto do ICMS há uma estagnação, não seria o caso da gente corrigir e evitar esse problema para o ano de 2007 e trabalhar minimamente com o orçamento em cima daquilo que nós estamos arrecadando? Essa é a minha pergunta. Se já para 2007 a gente pode corrigir esse problema.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Deputada, primeira coisa, não é a estratégia de superestimar a receita. Não há estratégia. É o seguinte: nós temos que ter os pés no chão para não criar expectativas que, depois, não se realizarão. Veja bem: superestimar. É aquilo que eu falei antes. Nós tínhamos um quadro econômico, e o quadro econômico mudou, mas não é culpa de quem projetou a receita, até porque ninguém tinha previsão do quadro econômico que está aí hoje. E está provado que existe um quadro econômico diferente do início de 2005 e muito pior de 2004. Então não há estratégia nenhuma. Eu disse o seguinte: nós temos que ter a prudência de se fazer ou de se apresentar um orçamento viável para que não se crie expectativa **de se pega na educação**. Bom, vamos projetar que vai se aumentar mais 300 salas de aula, e sai todo mundo na euforia, porque vão aumentar 300 salas de aula. Mas e se não tiver o recurso, como é que fica? Agora, não se subestima e não se superestima. O que se faz? Dentro de uma projeção de possibilidade de realização da receita é que se faz a estimativa da despesa. Então tomara Deus que nós tenhamos uma situação inversa de ter um orçamento inferior àquilo que se realizará. É muito mais confortável você dizer: “Nós tivemos um superávit orçamentário.” É muito gostoso. Agora, desde o início do Governo Blairo Maggi, a nossa orientação e a orientação que nós tivemos do Governador foi: “Vamos procurar fazer um orçamento dentro da capacidade financeira que o Estado permita que se faça. Não superestimar e subestimar.” Se a senhora pegar o orçamento aqui nas receitas tributárias, por exemplo, está dentro da nossa estimativa com o contingenciamento. Não há nenhuma estratégia. Há, eu diria, sem sombra de dúvidas, pé no chão, para não se errar. Nós não podemos errar no último ano de gestão, seria até imprudência. É lógico que ninguém quer responder processo criminal no futuro por deixar restos a pagar sem a reserva financeira suficiente.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só quero fazer uma...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Deputado, Vossa Excelência seja bem objetivo, porque...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Secretário, eu queria que Vossa Excelência mandasse para nós por escrito, até porque eu já pedi noutra reunião. Se Vossa Excelência não tem condições de responder agora, eu não entendo porque até hoje o Estado não apresenta para nós esses incentivos fiscais. Não sei quem entrou na justiça contra a minha pessoa no horário eleitoral, porque eu estava denunciando isso. Mas eu ganhei na justiça. Acabei de ganhar. Hoje eu recebi um acordo da justiça de que... Eles queriam me multar, tirar o horário do partido, mas eu ganhei na justiça, graças a Deus! Mas eu pergunto porque Vossa Excelência não encaminha para nós a relação das empresas que tem incentivo fiscal. Por que, até hoje, vocês escondem isso da sociedade? O que é incentivo fiscal para uns pode ser renúncia fiscal para outros. Dá a sensação - mas eu sei que não é, Secretário - de que há uma caixa preta, porque ninguém sabe o que está acontecendo lá dentro!

Eu fui procurar esse incentivo fiscal, e o Secretário de Indústria, Comércio e Minas e Energia - para vocês terem uma idéia - mandou para mim como funciona o cálculo de incentivo fiscal. Eu não preciso disso! Eu quero saber... Tem que unir. Eu quero sugerir ao Governo unir os incentivos fiscais num órgão só. Tem incentivo fiscal na Secretaria de Cultura, na Secretaria de Indústria, Comércio e Minas e Energia, na Secretaria de Fazenda. Tem que ter um setor só para ver os incentivos fiscais, para saber se o custo/benefício desses incentivos fiscais é viável. Porque nós que estamos aqui e a sociedade podemos pensar que é uma renúncia fiscal, um dinheiro que poderia ser aplicado na educação, na saúde, mas está acobertando algumas empresas. Nós queremos transparência, Secretário! E há quatro anos eu peço ao Governo a questão do incentivo fiscal. É uma pergunta. Eu queria saber se Vossa Excelência, e deixo isso como Requerimento, tem condições de dar a relação das empresas e a que setor as empresas estão ligadas. Outra pergunta que eu quero fazer para o Secretário, que é preponderante: Quais são as empresas que pagam o regime especial de impostos? Porque aqui no Estado é o seguinte: existe o ICMS garantido, que é o antecipado, quer dizer, aquele cara que é dono do boliche, dono do armazém, paga o imposto antes de comercializar o seu produto; agora, tem algumas empresas aqui do Estado, o mínimo possível de empresas, que são privilegiadas, porque tem regime especial. Quais são as empresas que tem regime especial? Vossa Excelência tem que trazer para nós. "Olha, nós fizemos regime especial para as empresas 'a', 'b' e 'c'."

Outra pergunta, Secretário: O Governo vai encaminhar um projeto de lei para reduzir - um compromisso que ele tinha de campanha política -, o ICMS da energia que é de 42,85%? Inclusive, o Governo Blairo Maggi aproveitou o meu discurso na época do Governo Dante de Oliveira, porque eu lutei tanto para reduzir esses impostos. Na verdade, eu achei que o Governador iria fazer essa redução de impostos. É lógico que você vai justificar a crise e tal. Mas o Governo vai encaminhar? Porque um dia o Governador me disse que iria fazer uma redução.

E uma última pergunta: No demonstrativo das receitas e despesas com manutenção de desenvolvimento do ensino... Por que vocês não incluem na receita para desenvolvimento do ensino o Imposto de Renda Retido na Fonte? O próprio Tribunal de Contas já colocou isso. O próprio Tribunal de Contas já questionou que tem que colocar o Imposto de Renda Retido na Fonte na receita e na despesa da manutenção do ensino.

Então, são essas quatro perguntas: A questão do incentivo fiscal, a questão do regime especial, a questão do ICMS da energia e a questão da não inclusão do Imposto de Renda Retido na Fonte nas receitas e despesas da manutenção do ensino.

Eu agradeço a atenção do Secretário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Deputado, a relação das empresas está com o Secretário Furlan, que já falará sobre isso. Só um instante. A relação está com o Secretário Furlan.

A questão da concentração dos incentivos fiscais está justamente na Secretaria de Indústria e Comércio, aqueles que se referem às atividades econômicas. Na cultura é o que tem de fomento à cultura, que não tem nenhum incentivo fiscal.

A pergunta das empresas que têm regime especial. Em outra ocasião nós falamos que o método, que o modelo de apuração do ICMS do regime fiscal não é uma coisa nova. É uma prática que existe desde 1985, salvo engano, quando se começou a ter, ou quando a evolução da agricultura em Mato Grosso começou a ser muito ascendente. E não é nem um favor fiscal. É uma forma diferenciada. E não é só o Estado de Mato Grosso que tem isso de se pagar o imposto, isso não prejudica ninguém.

Em relação ao ICMS Garantido, também já disse aqui, é um imposto ou uma forma tributária que foi discutido entre os segmentos do comércio, Confederação do Comércio, Sindicatos, CDL e outros órgão que participaram dessas discussões, e já também disse que foi um acordo, não foi uma imposição, pelo contrário, foi um atendimento a uma reivindicação dos comerciantes, onde, através desse modelo tributário, se alcançaria uma base tributária muito maior do que essa que está aí hoje. Então, ela é muito mais eficiente do que a que tinha.

A questão do ICMS da energia elétrica, o Governador já deu essa declaração por várias vezes por que não fará. Mas só para fixar, energia elétrica de consumidores que pagam acima ou que pagam 30%, nós temos apenas 20.500 consumidores entre 21.000 consumidores num universo de 720.000 consumidores, 31 ou 32% não pagam ICMS de energia elétrica. Uma outra parte, então, de 20% e 25% - eu não tenho esses números aqui, mas posso informar também - pagam 10%, outros pagam 17% e outros 25%.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Uma questão de ordem, Secretário, porque os padeiros cobraram isso, as padarias, alguns setores...

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Nós recebemos essa reivindicação.

Agora, o comércio todo paga 30% e a indústria também paga 30%.

E a questão do imposto retido na fonte que não consta na vinculação das receitas para a saúde e educação, pelo contrário, é um acórdão, nós estamos seguindo um acórdão do Tribunal de Contas do Estado que permite essa não-vinculação da receita de imposto retido na fonte. Isso já é desde o ano passado que existe, e nós estamos observando o acórdão.

Eu passo, então, a palavra ao Secretário Furlan para falar sobre os incentivos fiscais.

O SR. ALEXANDRE FURLAN - Boa-tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Secretário, se Vossa Excelência achar prudente também fazer a entrega.

O SR. ALEXANDRE FURLAN - Eu vou fazer a entrega.

Eu só gostaria, já que o meu nome foi citado pelo Deputado, de fazer a explicação para a platéia a simplesmente entregar a relação.

Em primeiro lugar, nunca foi, de forma alguma, tentado esconder nenhum número, Deputado, nenhuma empresa incentivada.

Vossa Excelência fez um pedido. Há mais de um ano nós encaminhamos a relação das empresas. Elas são publicadas no *Diário Oficial*. Entreguei nas mãos do Deputado Silval Barbosa, que é o Presidente da Assembléia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Todas as empresas são publicadas, mas eu recebi...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Um aparte...

O SR. ALEXANDRE FURLAN - Por gentileza, por favor, me deram a palavra.

Vossa Excelência encaminhou, através do Deputado Riva, no dia 24 de maio passado, um requerimento solicitando encaminhamento à Assembléia de informações pertinentes ao Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso - PRODEIC.

Eu fiz todo o levantamento, agora minucioso, das empresas, do valor do ICMS incentivado, do valor não incentivado, do valor do ICMS recolhido e estou passando às suas mãos hoje isso.

Eu vim porque isso aqui ficou pronto ontem, inclusive o documento está dirigido ao Deputado Riva, com cópia ao Deputado Zé Carlos do Pátio, onde nós informamos que existem 139 empresas hoje incentivadas no PRODEIC, sendo que 84 são migrações do antigo PRO-MADEIRA, que tinha mais de 300 empresas e nós acabamos por causa daqueles problemas da Operação Curupira do ano passado, migramos todos para o PRODEIC, 84 migraram. Então, hoje, usufruindo desse programa, que foi aprovado pela Assembléia Legislativa, através da Lei nº 7.598, ou 7.958, e depois substituída pela 8.431, cujos reparos estão sendo feitos para uma nova legislação, são 55 empresas, indústria, que não são indústrias madeireiras e essas 55 empresas têm de ICMS não incentivado - umas começaram em 2003, outras 2004, outras 2005, estou passando a relação com os valores para Vossa Excelência - são 34 milhões e 95 mil de ICMS não incentivado, e 131 milhões 872 mil de ICMS incentivado.

Os incentivos variam de acordo com enquadramentos feitos pelo CONDEPRODEMAT, onde a Assembléia Legislativa de Mato Grosso tem assento, são critérios que foram estabelecidos, existe uma metodologia de custo/benefício dos incentivos num método chamado Multiplicador Keynesiano, que os economistas conhecem, eu também não sou economista, sou advogado administrador, de propensão marginal ao consumo.

Lembrava-me o Marcel que nós estamos estruturando, em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado, alguns controles, de maneira a determinar com maior exatidão - hoje nós temos os controles - qual é a receita marginal, por exemplo, positiva gerada.

Eu estou só falando aqui de incentivos, chamados incentivos produtivos, quais os incentivos produtivos, aquele que eu concedo para que uma indústria venha se instalar em Mato Grosso, para que uma Sadia, que vai gerar 6 mil empregos em Lucas e mais 4 mil empregos em Campo Verde, saia lá do Sul e Sudeste, onde ela tem todo o seu mercado consumidor, toda a mão-de-obra qualificada e venha se instalar em Mato Grosso. Hoje não consegue nem acertar com a CEMAT a questão de energia, e é uma empresa que daqui a 4 anos, além de estar gerando 10 mil empregos diretos, vai estar gerando 1 milhão de consumo diário, 1 milhão de dólares diário no mercado. Se eu não dou incentivo, eu não atraio essas empresas.

Então, nós estamos a falar dos incentivos produtivos. Ou seja, se eu abro 70% de incentivo para uma empresa "x" e ela vem aqui e gera 300 empregos e eu não tinha essa empresa... O cálculo é simples. Eu não tinha nada. Agora eu tenho 30% mais o consumo de combustível, de telecomunicação, de energia, de atacado, de varejo, de geração de emprego e renda, de qualificação de mão-de-obra, de participação dos lucros, resultados que constam no protocolo de intenção. Então, Deputado, eu estou lhe passando às mãos tudo isso. E quero dizer a Vossa Excelência que tivemos dificuldade sim de estruturar esses controles, tivemos a participação inclusive de estudos desenvolvidos pela Universidade Federal de Mato Grosso. Não é fácil em cada caso Vossa Excelência conseguir estipular... Por exemplo, eu dou mil reais de renúncia, quanto que esses mil

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

reais de renúncia me geram nessa economia, que eu falei para consumo de combustível de energia, é difícil essa mensuração.

Mas de uma coisa Vossa Excelência pode ter certeza, essas 55 empresas que estão gerando 8 mil, 566 empregos diretos e 20 mil indiretos, todas têm endereço, têm telefone, têm CPF, têm contabilidade, e elas são monitoradas efetivamente pelas Secretarias.

Peço escusas a Vossa Excelência se nós não conseguimos num determinado momento lhe passar todas as informações que Vossa Excelência pretendia. Mas elas estão aqui e vou estar sempre à disposição para qualquer esclarecimento que Vossa Excelência possa necessitar, pelo menos, de parte da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia. Muito obrigado.

O SR. WALDIR JÚLIO TEIS - Obrigado, Secretário. Respondida a sua resposta, Deputado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não. O que eu queria colocar aqui é simples. Era só ter me passado a relação das empresas.

A última vez que o Secretário me passou foram os setores que estavam tendo incentivo e o cálculo do incentivo. O cálculo nós sabemos que é um cálculo simples, é custo benefício dessa empresa no Estado de Mato Grosso, se vale a pena ou não. Agora, é importante que nós tenhamos essa análise, porque muitas vezes aquilo que é incentivo fiscal para alguns setores, pode ser renúncia fiscal para outros.

Eu dou exemplo, Secretário, da questão do álcool.

Eu fui um dos únicos Deputados no mandato passado que votei contra o incentivo do álcool. Inclusive por ironia do destino, o Governador Blairo Maggi vetou o projeto. O projeto foi aprovado pela Assembléia Legislativa com o meu voto contrário. Ele vetou e derrubou o veto. E acabou o incentivo fiscal do álcool. E, hoje, está uma prova aí de que não precisa do incentivo fiscal do álcool. É extremamente rentável neste momento.

Então, há necessidade de termos uma responsabilidade com esse incentivo fiscal, porque pode ser dinheiro que poderia estar sendo aplicado em Educação, em Saúde e está saindo pelo ralo para atender interesses de uma minoria.

E, desculpe-me, Secretário, na verdade, quando você mandou, você mandou para setores. Agora, se você está mandando a relação, você está buscando a transparência. E daí, eu entendo e me sinto muito melhor... Vou pôr minha Assessoria para estudar e vai ser extremamente preponderante termos isso aqui em mãos. É fundamental!

Então, eu quero, neste momento, dizer que estou recebendo - há mais de três anos que eu estou pedindo essa relação dos incentivos fiscais de Mato Grosso - estou recebendo agora do Governo do Estado. E foi bom tudo isso, porque, pelo menos, o Governo começou a ordenar melhor esses incentivos fiscais.

Agora, ele vai aglutinar num setor só, vai ter uma política interna de todos os incentivos fiscais. Eu até sugiro a Vossa Excelência colocar de forma bem didática, pedagógica, na *internet*, não assim de forma muito... Para a sociedade analisar quais são as políticas de incentivo que o Governo tem no PRODEIC.

O SR. ALEXANDRE FURLAN - Ok!

Deputado, nós não costumávamos fazer isso, porque, às vezes, recebíamos um protocolo de intenção de uma empresa do Sul ou do Sudeste aqui, mas assim como eles protocolavam um pedido em Mato Grosso, eles protocolavam em Goiás, protocolavam em Mato Grosso do Sul, e ficava uma guerra de incentivos que é nefasta para todos os Estados. Nós entendemos isso!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Inclusive, o Secretário Waldir Teis... Muitas vezes, eu discuto com o Secretário, porque eu busco o incentivo e o Secretário é reticente em conceder o incentivo.

Agora, Vossa Excelência, por exemplo, falou do setor sucro-alcooleiro e eu me permitiria, Presidente Silval Barbosa e Deputado João Malheiros... O Brasil, hoje, está pretendendo nos próximos cinco anos passar de 300 milhões de toneladas de cana para 500 milhões de toneladas de cana, em face do sucesso que o etanol vai ter pelo mundo afora. Nós já tivemos contato com a Rússia, com a China, com a Índia, com os Estados Unidos e com os outros países sobre o etanol. Existe uma perspectiva de que 74 novas indústrias sucro-alcooleiras se instalem no Brasil. Dessas 74, São Paulo açambarcaria a maior parte delas e São Paulo já está mais ou menos esgotado... Mato Grosso do Sul, umas dez, e tal...

E nós temos tido contato de empresas para instalar aqui. Por exemplo, o Emerson Fitipaldi está instalando três indústrias sucro-alcooleiras em Minas Gerais. Ele veio sondar Mato Grosso, mas achou que as condições de Minas Gerais seriam melhores para ele lá colocar essas três indústrias. Essas indústrias são altamente geradoras de emprego.

Então, eu me questiono, às vezes, na questão dos incentivos... Eu quero dizer a Vossa Excelência que eu procuro, sim, ser o máximo coerente possível, às vezes, podemos errar até. Mas, nós precisamos, sim, incentivar a vinda das empresas para cá, porque nós temos uma população pequena, nós temos um mercado consumidor pequeno e eles não vêm para cá, eles vão para outros lugares. Se nós ficarmos olhando só olhando o presente...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Secretário...

O SR. FURLAN - Desculpe-me. Eu já estou encerrando.

Se nós ficarmos só olhando o presente, questões conjunturais de dificuldades que o Estado, efetivamente, está vivenciando, se não olharmos o futuro, tudo aquilo que o senhor prega, como geração de emprego e renda, como melhoria na distribuição de renda, nós não vamos conseguir.

Eu estou no Governo, Deputado, saindo de uma confortável cadeira de Presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso, confortável cadeira, e trabalhando duro para que as coisas aconteçam. Nós podemos errar, mas vamos errar sempre tentando acertar, Vossa Excelência pode ter certeza disso.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Secretário, só para terminar, eu só quero dizer o seguinte: eu sou a favor dos incentivos fiscais. A única coisa que eu quero é transparência. Transparência!

Se Vossa Excelência colocar transparência em todos os incentivos fiscais de Mato Grosso, o senhor vai ter um aliado aqui. O problema é que não tinha transparência. Talvez não seja por má fé do Governo, talvez seja até por falta de organização, mas não tinha transparência.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO MALHEIROS) - Eu quero agradecer as presenças dos Deputados Joaquim Sucena e Alencar Soares; do ex-Deputado Da Silva; de todo o público que nos honrou com esta presença nesta audiência pública, na pessoa da Dona Anita Infantino.

Aquela senhora que está ali é nossa amiga de muitos e muitos anos de onde morei. Iniciei a minha vida acadêmica morado com ela em Goiânia, posto que em Cuiabá não havia faculdade naquela época.

Quero agradecer as presenças do Secretário Waldir Teis; do Secretário-Chefe da Casa Civil, Antônio Kato; do Secretário Furlan; do Secretário Yenês; do Sr. Sírrio Pinheiro, Secretário Auditor-Geral do Estado; de todo o corpo de Secretários Adjuntos, Edmilson, Marcel e Ana Maria; e todos aqueles técnicos que ajudaram para que esta audiência pública fosse proveitosa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS RELATIVAS AO 1º QUADRIMESTRE DE 2006, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO
DE 2006, ÀS 14:00 HORAS.

Penso que foi. Foi uma audiência pública demorada e uma audiência pública debatida com alto nível de respeitabilidade.

Portanto, eu quero agradecer a todos, dizendo, antes, que segunda-feira, às 14:00 horas, nós teremos uma audiência pública para tratar da LDO. Segunda-feira, às 14:00 horas!

Está encerrada a presente audiência pública (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques.